

## Mercado S/A



AMAURI SEGALLA  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Galípulo construiu a sua trajetória com um estilo pragmático, não se prendendo a dogmas

## Estrangeiros voltam a investir na bolsa brasileira

Os investidores estrangeiros começam a ensaiar um retorno à bolsa brasileira. Em agosto, eles ingressaram com R\$ 9 bilhões na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Contudo, o saldo permanece negativo em cerca de R\$ 27 bilhões no acumulado do ano. O fluxo de capital estrangeiro começou a mudar em junho, quando surgiu a perspectiva de corte de juros nos Estados Unidos ainda em 2024. Juros menores na economia americana são um estímulo para investimentos de risco em qualquer parte do mundo.

Divulgação/Santander



Toda vez que venho para o Brasil eu volto mais impressionado com o que o país consegue fazer"

Héctor Grisi, presidente global do banco Santander, animado com os indicadores econômicos brasileiros

## Pragmático, Galípulo promete liderar Banco Central de forma técnica

O economista Gabriel Muricca Galípulo, 42 anos, tem uma qualidade cada vez mais escassa nestes tempos polarizados: a capacidade para dialogar com diferentes públicos. Indicado pelo presidente Lula para comandar o Banco Central a partir de janeiro do ano que vem — o mandato de Roberto Campos Neto termina em dezembro próximo —, Galípulo construiu a sua trajetória com um estilo pragmático, não se prendendo a dogmas. Por isso mesmo, os caminhos que o BC tomará sob a sua liderança permanecem como uma grande incógnita. Ele resistirá às pressões do governo Lula para baixar os juros, mesmo se os sinais da inflação forem preocupantes? Cederá às investidas de empresários e do mercado financeiro? Por enquanto, a indicação de seu nome, que ainda precisa ser sabatinado pelo Senado, foi bem recebida. Em declaração recente, ele disse que o BC precisa ser conduzido de forma técnica. Parece óbvio, mas é importante assumir esse compromisso logo de cara para afastar as intromissões políticas.

Washington Costa/MF



## Crédito privado atrai investidores e quebra recorde de captação

A busca por diversificação dos investimentos tem atraído capital para o crédito privado. No primeiro semestre, conforme demonstrou a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), as ofertas no mercado de capitais movimentaram R\$ 338 bilhões, mais do que o dobro da cifra captada no mesmo período de 2023. As debêntures incentivadas, títulos que se enquadram na categoria de crédito privado, levantaram R\$ 64,4 bilhões, o maior valor da história para o período.

86%

dos brasileiros que fazem apostas esportivas on-line estão endividados, conforme pesquisa do Instituto Locomotiva. Jogos de azar, ressalte-se, não são a solução para problemas financeiros

## Campos Neto diz que BC fará "o que for preciso" para conter inflação

Em um recado que pareceu endereçado ao presidente Lula, o chefe do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que a autarquia "fará o que for preciso" para atingir a meta de inflação estimada em 3% neste ano. Em outras palavras: não hesitará em aumentar os juros para conter a escalada de preços. Em evento promovido pelo banco Santander, Campos Neto também criticou o desequilíbrio fiscal que ameaça as contas públicas. "As despesas têm subido acima das receitas neste e nos últimos anos", afirmou.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



## » Entrevista | RENATO CORREIA | PRESIDENTE DA CEBIC

Para o representante da construção civil, a redução em 60% da alíquota padrão evitaria aumento da carga tributária no setor

## “Defendemos a neutralidade”

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

O setor imobiliário brasileiro teme impacto negativo na vida dos brasileiros que sonham em conquistar a casa própria, diante da Reforma Tributária. Na edição de ontem do CB.Poder, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, analisou a situação do mercado da construção civil. Ele defende a neutralidade da alíquota a ser criada na Reforma Tributária, para que o aumento dos preços não caia sobre os ombros da população. Confira a seguir a entrevista, concedida aos jornalistas Samanta Sallum e Carlos Alexandre de Souza.

## Como está o cenário para o mercado imobiliário com o avanço da nova Reforma Tributária?

O CBIC congrega quase cem sindicatos Brasil a fora e estamos lutando pelo combate ao déficit habitacional no Brasil. Nós temos olhado com muita preocupação a condição financeira do brasileiro de não suportar mais os aumentos de preços de imóveis, por isso nós temos mais de 6,5 milhões de habitações vazias no Brasil. Isso corresponde a quase 20 milhões de

peças. Assim, com relação à Reforma Tributária, nós defendemos a neutralidade tributária, o que significa não aumentar carga para o setor. Mas isso é uma discussão de tributos de consumo, então nós estamos falando dos consumidores, ou seja, a nossa preocupação é que a reforma não impacte no preço que a população vai pagar. Neutralizando os tributos para o setor, também mantêm-se os preços para o consumidor.

## Como está o processo no Senado agora?

Está previsto agora uma alíquota de 26,5% para o setor de indústria da construção, mas com um desconto de 40% para esse setor. Ou seja, é um desconto de 40% em cima dos 26,5% de tributo. Isso fica em torno de 15,9% de imposto para o mercado imobiliário. Mas nós calculamos que é preciso aumentar o valor do desconto de 40% para 60% para conseguir neutralizar esses tributos. Em um exemplo prático, o aumento da carga tributária de um imóvel de R\$ 500 mil é estimado em 30,7%. Isso é aproximadamente 4% do valor do imóvel. Nossa grande preocupação é que 4% do preço do imóvel representa 20% do valor da entrada, o

Ed Alves/CB/DA.Press



que dificulta muito para o brasileiro conseguir conquistar uma casa própria. O aumento dos tributos impacta, principalmente, nesse momento de dar o sinal da entrada no valor do imóvel. Isso acontece porque o valor das parcelas do financiamento é calculado a partir da renda do comprador.

## Como o aumento do preço do sinal do imóvel irá impactar

## programas como o Minha Casa Minha Vida?

Será o mesmo impacto, com menos gente comprando porque não tem condições. Qualquer aumento de preço significa retirar algumas famílias das possibilidades de aquisição da habitação própria. E uma solução seria aumentar o subsídio. Mas continua sendo uma luta contra o déficit habitacional.



Existem três pontos a serem discutidos no Congresso. O primeiro é a redução da alíquota; o segundo é a transição da antiga reforma tributária para a nova; e o terceiro é a questão dos aluguéis"

## Qual é a melhor saída para enfrentar essas mudanças?

A Reforma Tributária, conceitualmente, leva o Brasil para um padrão de tributação compatível com os mercados desenvolvidos e nós, como sociedade, defendemos isso. Basta atender aos nossos pedidos de emenda.

## Quais pontos ainda precisam ser esclarecidos nas questões da Reforma Tributária e do setor imobiliário?

Existem três pontos ainda a

serem discutidos no Congresso. O primeiro é a redução da alíquota; o segundo é a transição da antiga Reforma Tributária para a nova; e o terceiro é a questão dos aluguéis — e esse é um ponto que nos preocupa muito. O aluguel, hoje, tem as tributações de imposto de renda, mas agora, será inserida a tributação de consumo. Para empresas ou pessoas que alugam vários imóveis e têm isso como atividade preponderante, o imposto de consumo será cobrado. Então, existe um aumento de carga nesse setor.

## Como o setor da construção civil está, economicamente, no Brasil?

O mercado imobiliário gira em torno de R\$ 350 bilhões por ano. Na área de infraestrutura, no Brasil, são investidos na casa dos R\$ 200 bi da iniciativa privada e mais R\$ 50 bi do governo, que geram mais de 3 milhões de empregos somente no ramo da construção civil. Mas ainda não é um número bom. Precisaríamos investir o dobro em infraestrutura para chegarmos ao patamar de investimento mínimo de países que têm a mesma condição que o Brasil, mas investem nesse setor.

\* Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

## CAGED

## 1,49 milhão de empregos formais

» RAPHAEL PATI

Em apenas sete meses, o Brasil gerou mais vagas de emprego formal do que nos doze meses de 2023. De janeiro a julho deste ano, o Cadastro Geral de Empregados

e Desempregados (Caged) contabilizou 1,49 milhão de novos postos de trabalho com carteira assinada no país. Os dados foram divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Todos os cinco grandes

grupos de emprego analisados pela pesquisa indicam que houve um aumento dos postos de trabalho neste ano. Os destaques são as atividades de serviços, como administração de empresas, transporte e educação,

que representaram 53,5% de todo o saldo obtido ao longo do ano. Ao todo, houve um saldo positivo de 798 mil novos empregos em serviços neste ano.

Já as atividades da indústria geraram 292 mil novos empregos com carteira assinada até julho, com a contribuição mais forte da fabricação de álcool, frigoríficos e fabricação de embalagens de

material plástico. Os outros setores também registraram saldo positivo nos primeiros sete meses do ano: construção (+200 mil), comércio (+120 mil) e agropecuária (+80 mil).

Com o avanço do emprego durante este período, o Caged contabilizou um aumento nacional de 3,28% no saldo de postos de trabalho. Por unidade da

Federação (UFs), as que registraram o maior saldo acumulado foram São Paulo (441 mil), Minas Gerais (173 mil) e Paraná (124 mil). Já os menores saldos ficaram com Acre (5,7 mil), Roraima (3,8 mil) e Alagoas, que foi o único estado que registrou queda do volume de empregos formais criados, com perda de 3,4 mil postos de trabalho formal.